



**9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social**
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Patriarcado-racismo-capitalismo e Serviço Social: expressões contemporâneas de uma relação histórica

Mariana Leite Péres¹

Resumo: O presente trabalho traça elementos da compreensão da formação sócio-histórica do Brasil pelo Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. De início, embasa acerca da relação simbiótica do patriarcado-racismo-capitalismo. Em seguida, comenta a breve história do Serviço Social brasileiro. Por fim, pontua as expressões contemporâneas dos fundamentos do patriarcado-racismo-capitalismo e do Serviço Social a partir de material produzido pela categoria profissional no XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social e no 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Baseado nisto, considera necessário o avanço do Serviço Social no exercício de articulação das categorias que fundamentam a profissão na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Patriarcado. Racismo. Capitalismo. Serviço Social brasileiro.

Patriarchy-Racism-Capitalism and Social Work: contemporary expressions of a historical relationship

Abstract: The present work outlines elements of the understanding of the socio-historical formation of Brazil by the Brazilian Social Work in contemporary times. Initially, it is based on the symbiotic relationship of patriarchy-racism-capitalism. It then comments on the brief history of Brazilian Social Work. Finally, it points out the contemporary expressions of the fundamentals of patriarchy-racism-capitalism and Social Work based on material produced by the professional category at the XVI National Meeting of Researchers in Social Work and at the 16th Brazilian Congress of Social Workers. Based on this, it considers necessary the advancement of Social Work in the exercise of articulation of the categories that underlie the profession in Brazilian society.

Keywords: Patriarchy. Racism. Capitalism. Brazilian Social Work.

INTRODUÇÃO

Que “todo começo é difícil”² não temos dúvida. Contudo, objetivar apontar elementos para analisar a compreensão contemporânea da categoria profissional acerca dos componentes que estruturam a formação sócio-histórica brasileira - que aqui compreendemos sendo patriarcado, racismo e capitalismo - em um momento de ofensiva brutal aos grupos dominados-explorados pela intensificação da precarização das condições de vida da população brasileira com, por exemplo, o aumento do

¹ Assistente Social. Graduada pela Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: marianalperes@hotmail.com.

² Trecho de “Prefácio à Primeira Edição Alemã do Primeiro Volume d'O Capital” por Karl Marx. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/07/25.htm>. Acesso em 10 de dezembro de 2022.

empobrecimento e da violência em suas diferentes faces, nos pareceu, especialmente, nada fácil. A crescente da fome, do desemprego, dos índices de adoecimento, do sucateamento das políticas públicas, dentre outras expressões da barbárie que nos acomete remetem para quem são socializados os efeitos de uma crise derivada da apropriação privada da riqueza produzida justamente pelos sujeitos sociais que possuem uma cor, etnia, gênero, sexualidade e/ou classe específicas. Ao mesmo tempo, a conjuntura que vivemos nos reforça acerca da radicalização do compromisso ético-político do Serviço Social brasileiro com a população usuária a qual atende. Já que última e primeira pertencem a uma mesma classe social que necessita, urgentemente, do fortalecimento coletivo de seu conjunto em vias de tomar as rédeas da história a qual faz parte.

O fomento de abordar os elementos acerca da relação da formação sócio-histórica do patriarcado-racismo-capitalismo na sociedade brasileira com os fundamentos do Serviço Social advém do anseio de sistematizar uma série de reflexões instigadas por expressões do fato, como Davis (2017, p. 22) nos afirma, que “as raízes do sexismo e da homofobia se encontram nas mesmas instituições econômicas e políticas que servem de base para o racismo”. Vale destacar que a compreensão da dinâmica societária em que nos inserimos, relacionada aos fundamentos do Serviço Social, possui importância acadêmica e social justamente por corresponder a determinações que perpassam a realidade do conjunto de sujeitos envolvidos no movimento do real, sendo assim, do interesse destes e de pertinência para a assimilação crítica da realidade e dos princípios profissionais.

1. DESENVOLVIMENTO

A concepção de patriarcado-racismo-capitalismo que nos guia na análise do presente trabalho baseia-se nas contribuições de Saffioti (1987) em sua obra *O poder do macho* entendendo que “não foi o capitalismo, sistema de dominação-exploração muitíssimo mais jovem que os outros dois, que ‘inventou’ o patriarcado e o racismo” (p. 60). No entanto, “com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração” (ibidem). O propósito de utilizarmos o termo patriarcado-racismo-capitalismo, sem adjetivar um ou outro sistema, advém do fato de que “na realidade concreta, observa-se, de fato, uma simbiose entre eles” (SAFFIOTI,

1987, p. 60-1), pois, “esta fusão ocorreu em tal profundidade, que é praticamente impossível afirmar que tal discriminação provem do patriarcado, ao passo que outras se vinculam ao sistema de classes sociais e ou ao racismo” (ibidem).

Segundo Saffioti (1994, s. p.), dispor dos três eixos na mesma posição corresponde ao fato de que “não cabe ao cientista ordená-los em termos de sua capacidade de estabelecer ópticas de percepção e análise da realidade. A conjuntura do momento determinará qual dos três eixos deterá a preeminência nos sujeitos em interação”. Portanto, compreender como a simbiose destes três sistemas estrutura a sociedade em que vivemos e influencia a forma como nos socializamos é fundamental para ir de encontro ao patriarcado-racismo-capitalismo que a todo momento se utiliza dos processos de dominação-exploração da classe trabalhadora, não só para sujeitá-la a precárias condições de vida e trabalho em detrimento do lucro e manutenção das classes dominantes, mas também para fragmentá-la, dificultando o desenvolvimento da própria consciência coletiva de pertencimento da mesma. Visto que, “a formação da consciência de classe na sociedade capitalista é dificultada pelas relações de alienação que a permeiam, bem como pela ideologia dominante a ela associada” (CISNE, 2018, p. 25). Assim, a devida “compreensão deste fenômeno responderá pela formulação de estratégias de luta com maior potencial de êxito, enquanto a singularização do inimigo pode fazer perder de vista o nó constituído pelas três contradições sociais básicas: gênero, raça/etnia, classe social” (SAFFIOTI, 1994, s. p.).

“Acumulação e miséria são, portanto, pólos de um mesmo processo, faces de uma mesma moeda” (SAFFIOTI, 1987, p. 46). Nessa perspectiva, convém explicitarmos que também “constitui uma das faces de um mesmo processo: dominação-exploração ou exploração-dominação. Quando consta apenas o termo dominação, suspeita-se de que a visão da sociedade seja tripartite - política, econômica e social” (SAFFIOTI, 2015, p. 101). Ou seja, acaba por não realizar as devidas mediações das totalidades da realidade social. Avançar na compreensão dos processos que unem os sujeitos dominados-explorados, pois, se encontram na mesma face miserável da moeda, se configura enquanto um difícil exercício de igualmente perceber as singularidades de cada grupo, seja pela generificação ou racialização, que se depara com a potencialização da própria dominação-exploração de uma sociedade patriarcal-racista-capitalista. Pois, “nenhuma

dessas totalidades é ‘simples’ – o que as distingue é o seu grau de complexidade” (NETTO, 2009, p. 27).

De acordo com Silva (2011), é necessário a constante criticidade de abordar a diversidade humana e o propósito de sua desumanização presente no patriarcado-racismo-capitalismo, enfatizando a articulação da singularidade e particularidade dos sujeitos pertencentes aos grupos dominados-explorados, na defesa de uma perspectiva de totalidade que se proponha a uma unidade estratégica na superação da ordem social que promove propositalmente processos de dominação-exploração de todos esses. “O entendimento dessa sociedade exige compreender que as classes sociais não são meras abstrações, mas sim relações sociais que envolvem antagonismos inscritos em uma materialidade de corpos reais, que possuem sexo/sexualidade, raça/etnia” (CISNE, 2018, p. 213).

Posto isto, a relevância da categoria central para nossa análise se expressa na proposição da aproximação teórica qualificada com os processos de dominação-exploração da sociedade real em que nos encontramos atualmente. Pois, acreditamos que “esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto” (NETTO, 2009, p. 7). Com isso, um dos nossos objetivos é ir “além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto” (NETTO, 2009, p. 8).

No que diz respeito à relação dos processos de dominação-exploração nos âmbitos da produção e reprodução da vida sob a lógica patriarcal-racista-capitalista, acrescentamos que não é possível efetivamente separar ambas as dimensões, porque “os seres humanos como totalidades integram ao mesmo tempo a infraestrutura e a superestrutura (...) sua força de trabalho (...) enquanto força produtiva, integra a infraestrutura, de sua consciência que, impregnada de ideologia, está compreendida na supra-estrutura” (SAFFIOTI, 1979, p. 13). O que é fundamental para garantir a manutenção da dinâmica aqui tratada pelo disciplinamento da classe trabalhadora. Em outras palavras, a produção e reprodução da vida, ou melhor, “infraestrutura e superestrutura são categorias meramente analíticas, que permitem ao cientista social aproximar-se da realidade” (IDEM, *ibidem*, *ibidem*).

Nesse sentido que, compreendendo “na realidade concreta, eles [patriarcado, racismo e capitalismo] são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo” (SAFFIOTI, 1987, p. 60), abordamos a história do Serviço Social brasileiro. Afinal, a formação sócio-histórica brasileira a partir de 1900 relaciona-se diretamente com a história da profissão se consideramos que são as expressões do patriarcado-racismo-capitalismo que se consolida neste século - e a estrutura de subordinação e dependência que o conforma no Brasil - que dizem respeito às contradições às quais a categoria profissional encontra a sua razão de ser e é convocada a intervir. Mesmo que, historicamente, intervenha sob a orientação de diferentes perspectivas teórico-metodológicas e contínuos tensionamentos ético-políticos dos diversos projetos profissionais e societários em disputa.

Ainda, pretendemos enfatizar sobre as noções elementares que dispomos acerca da “questão social” no Brasil que, a princípio, “não tem nada a ver com o desdobramento de *problemas sociais* que a ordem burguesa herdou ou com *traços invariáveis da sociedade humana*; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2001, p. 158) na dinâmica pontuada. Ao contrário, a “questão social”, “na América Latina se manifesta por meio de diferentes expressões que têm origem nas tendências gerais de acumulação capitalista, mas que também está assentada na lógica da subordinação e da dependência” (ALMEIDA; BEZERRA, 2020, p. 544). Mais do que as diversas expressões da “questão social” que podemos encontrar nas relações sociais às quais estamos cotidianamente inseridos, nos cabe enfatizar que esta diz respeito a uma “desigualdade social” diferenciada, pois, por mais que em outros períodos históricos já houvessem fenômenos como a pobreza e a divisão social de classes é no capitalismo - sob suas bases patriarcais e racistas - que nos deparamos com uma “pobreza de novo tipo” que “distingue-se da pobreza das formas societárias anteriores pelo fato de existir em um momento cujo desenvolvimento das forças produtivas seria capaz de eliminá-lo” (ALMEIDA; BEZERRA, 2020, p. 547).

Para Netto (2001, p. 41), “a ‘questão social’ é ponto saliente, incontornável e praticamente consensual” para o Serviço Social, afinal, é no âmbito das suas expressões que a categoria profissional é convocada a intervir. De acordo com Yamamoto (2001, p. 27), a “questão social” encontra-se na base da profissionalização do Serviço Social”, esta,

“tem sido analisada como elemento fundante do exercício profissional na sociedade, cujas múltiplas expressões são alvo do exercício profissional, o qual interfere no seu enfrentamento por parte dos sujeitos sociais”. Nesse sentido, a “questão social” assume papel central na análise da profissão já que a primeira conforma a segunda e configura “uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 10) em que o Serviço Social está inserido.

Compreendendo as bases que conformam as noções elementares da “questão social” e do capitalismo dependente latinoamericano nos é possível assimilar a *história do Serviço Social na América Latina*, assim como Castro (2011) que pontuou que “decifrar a profissão supõe elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social, o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político - das relações entre as classes e destas com o Estado -, assim como seu envolvimento na esfera cultural, no campo das ideias” (CASTRO, 2011, p. 8). Esta assimilação nos é possível justamente porque “apesar das características heterogêneas que resultam das singularidades territoriais, étnicas, culturais e demográficas de cada país, a América Latina apresenta, ao mesmo tempo, uma linha comum representada pelos índices históricos de desigualdade e pobreza, em decorrência das relações de exploração econômica e dominação política” (ALMEIDA; BEZERRA, 2020, p. 556). Contudo, nos é fundamental compreender, similarmente, “o papel que a realidade social e política interna de cada país jogou na conformação peculiar das condições do exercício profissional”, pois, nos cabe entender “o Serviço Social como uma resposta à evolução particular do capitalismo nestes países, a partir do desenvolvimento das forças produtivas e das lutas sociais pelo controle do poder político” (CASTRO, 2011, p. 17) que dizem respeito direto a “questão social”, objeto do nosso trabalho profissional.

A “tarefa de compreender a natureza da nossa profissão enquanto prática histórica e social” (CASTRO, 2011, p. 22) tange a apreensão do significado “da prática dos assistentes sociais ao longo da história” (IDEM, *ibidem*, p. 24), incorporando “seu estudo no interior de relações sociais historicamente determinadas, ou seja, dentro das quais o Serviço Social desenvolveu sua prática específica, respondendo organicamente às exigências da divisão social e técnica do trabalho” (IDEM, *ibidem*, *ibidem*). Castro (2011, p. 35) quando comenta sobre a *dinâmica de classes e profissionalização do*

Serviço Social, atenta para o fato de que “a resposta a tais questões tem de ser buscada na relação de forças entre as diversas classes sociais e no movimento que ocorre quando elas põem em jogo seus próprios interesses”, a partir do entendimento da “questão social” referenciado anteriormente. Assim, o Serviço Social emerge dos processos das relações sociais patriarcais-racistas-capitalistas em um contexto mais amplo, pois esta profissão “não tem a faculdade de se autodeterminar nem de, por si mesmo, fixar o efeito qualitativo da sua prática. As práticas profissionais, quaisquer que sejam, têm que ser inseridas no movimento geral das relações entre as classes e visualizadas como expressão dos seus interesses, organizando respostas distintas à contradição que existem entre elas” (CASTRO, 2011, p. 43).

O perfil de assistente social desenvolvido nos primórdios da profissão no Brasil nos remete às dimensões sexual e racial da divisão social do trabalho com mulheres brancas sendo profissionalizadas para atuar diante das manifestações da “questão social”. As primeiras gerações de assistentes sociais brasileiras, portanto, se configuram “numa base social feminina de origem burguesa” (CASTRO, 2011, p. 103). “Reproduzindo uma constante latino-americana, também no Brasil os crimes organizativos da profissão estiveram a cargo de setores femininos das classes dominantes” (IDEM, *ibidem*, *ibidem*). Dessa forma, estavam profissional e socialmente comprometidas com a reprodução dos valores patriarcais, racistas e capitalistas. O perfil profissional conformado na gênese da profissão, nos remete que “a distribuição das mulheres no mercado de trabalho reproduz as tendências já apontadas da divisão sexual do trabalho”, assim, “o detalhamento desta distribuição é indicativo: os setores que absorvem com mais intensidade o trabalho feminino no Brasil são o de prestação de serviços e o social. Aliás, setores não valorizados socialmente por meio dos salários” (SOUZA-LOBO, 2021, p. 283), como é o caso do Serviço Social e da desvalorização objetiva e subjetiva da profissão até os dias atuais, visto que permanecemos em uma sociedade patriarcal-racista-capitalista. Contudo, apesar do perfil profissional e da população usuária se tratarem de “mulheres”, estes se diferenciam, inicialmente, pelos diferentes processos de racialização e classe que perpassavam estes grupos. No sentido de que mulheres brancas das classes dominantes se profissionalizaram - a fim de conservar as relações sociais vigentes - para atender mulheres negras trabalhadoras, o que pode nos fazer questionar acerca de como o patriarcado-racismo-capitalismo se expressou na formação e atuação dessas sujeitas

colaborando, inclusive, com “um poderoso suporte material para a persistência de uma ideologia que, aparentemente, pode ser responsabilizada pela inferiorização dos elementos femininos” (SAFFIOTI, 1979, p. 12).

A partir destes elementos não nos restam dúvidas que o Serviço Social emerge no Brasil junto ao modo de produção capitalista, em seu estágio monopolista, com um projeto profissional alinhado a um compromisso societário nítido - o de colaborar ideologicamente na reprodução das relações sociais do patriarcado-racismo-capitalismo. Contudo, se a gênese da profissão está hegemonicamente alinhada a este pólo da correlação de forças, a mesma não se condena a essa direção, pois “os fundamentos teórico-metodológicos e ético-filosóficos do exercício profissional foram revistos” (CASTRO, 2011, p. 11). Se nas primeiras décadas de 1900, a gênese do Serviço Social conformou o conservadorismo na profissão, no decorrer do século, os cenários social e profissional se alteram. Especialmente, quando tratamos do período em que a autocracia burguesa se estabelece pela via da “ditadura civil-militar” com movimentos sociais radicalmente críticos a esta no bojo da luta de classes, notamos a intensa disputas de projetos profissionais pautando a renovação do Serviço Social brasileiro pela formulação da 1. perspectiva modernizadora, 2. reatualização do conservadorismo e 3. intenção de ruptura. Entendendo que, a respeito deste último, “as bases sociopolíticas da perspectiva da intenção de ruptura estavam contidas e postas na democratização e no movimento das classes exploradas e subalternas” (NETTO, 2015, p. 327).

Destarte, é com a aproximação aos movimentos sociais que a categoria profissional se aproxima do marxismo, resgata a teoria marxiana e constitui processualmente a intenção de ruptura por “sua emergência, (...) sua consolidação acadêmica e (...) seu espraiamento sobre a categoria profissional” (NETTO, 2015, p. 332). Sobre este processo, Iamamoto (2014, p. 615) reforça que “o Serviço Social beneficia-se de amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura militar do período 1964-84”, assim, “no contexto de ascensão dos movimentos sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e da defesa do Estado de direito, a categoria foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil com o avanço das lutas democráticas”. É este processo que “condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do

Serviço Social no país e passa a exigir novas respostas profissionais, o que derivou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais”.

Durante os anos 1980, a categoria se debruça significativamente acerca dos “fundamentos do Serviço Social no Brasil inspirado na teoria social crítica, que norteia um projeto acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro expresso na renovação da legislação profissional (1993), na normatização ética (1993) e nas diretrizes curriculares nacionais (ABEPSS, 1996; MEC-Sesu, Ceess, 1999)” (IAMAMOTO, 2014, p. 615). Assim, o Serviço Social avança coletivamente na “compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores” (IDEM, ibidem, ibidem). São pelas disputas travadas para a renovação do Serviço Social brasileiro que a intenção de ruptura conquista hegemonicamente corações e mentes da categoria profissional colaborando para coletivamente essa compreender que “a atuação dos assistentes sociais dá-se no âmbito das relações entre as classes e destas com o Estado no enfrentamento das múltiplas expressões da ‘questão social’, sendo a política social uma mediação fundamental do exercício profissional” (IAMAMOTO, 2014, p. 618).

Reconhecer os avanços desta disputa não nos significa, contudo, desconsiderar o processo de intenção de ruptura enquanto um *continuum à ofensiva conservadora*. Cisne, Cantalice e Araújo (2020, p. 307) atentam que “o processo de ‘renovação’ profissional se configura como um movimento continuum, no confronto com as reatualizações conservadoras, o que demanda uma sintonia do Projeto Ético Político do Serviço Social com as lutas classistas, feministas e antirracistas” no sentido contrário ao que nos demanda ideológica e institucionalmente o patriarcado-racismo-capitalismo. É importante sinalizarmos brevemente acerca da história do Serviço Social brasileiro para termos em mente a movimentação que permitiu o desenvolvimento do Projeto Ético Político da profissão por meio de suas expressões legais - com a Lei n. 8662 de 1993 que dispõe sobre a profissão de assistente social (BRASIL, 1993), o Código de Ética Profissional do assistente social de 1993 (CFESS, 1993) e as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996) - mas, especialmente, pelo avanço da compreensão acerca dos próprios núcleos de fundamentação da categoria profissional.

Apesar da consolidação do Projeto Ético-Político crítico nos anos 1990 é a partir desse período que o patriarcado-racismo-capitalismo se configura pela ofensiva neoliberal “com a redução da responsabilidade social do Estado em relação às expressões da questão social e a mercantilização das políticas sociais”, assim, aumenta-se a necessidade de responsabilização das famílias (lê-se das mulheres trabalhadoras [especialmente, negras]) diante da ausência e/ou impossibilidade financeira de acessar políticas sociais mercantilizadas, como a saúde e educação” (CISNE; CANTALICE; ARAÚJO, 2020, p. 315), o que pode vir a tensionar diretamente a nossa compreensão da formação e atuação profissional no sentido do “moralismo punitivo no enfrentamento das expressões da ‘questão social’” podendo se manifestar pelo “controle da vida dos usuários, o cerceamento de suas escolhas, o impedimento dos seus direitos baseado em avaliações moralistas, na adoção de critérios de elegibilidade pautados em preconceitos e discriminações” dentre outros exemplos, pois “o conservadorismo percorre nossa trajetória profissional. A questão é saber em que medida ele está sendo superado no processo de construção do projeto ético-político profissional direcionado à ruptura com o conservadorismo” (BARROCO, 2015, p. 634-5).

Se estamos cientes de que nos colocamos - enquanto categoria profissional - no âmbito da formação e atuação na intenção de refletir e intervir na realidade patriarcal-racista-capitalista que nos é posta, nos questionamos, então: em qual medida os processos de dominação-exploração e as contradições dos fundamentos desta sociabilidade se expressam também no âmbito da nossa produção de conhecimento? Em contato com o material disponibilizado a partir da última edição de dois dos mais importantes eventos do Serviço Social brasileiro - a dizer, o XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) de 2018 e o 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) de 2019 - refletimos sobre que forma a categoria profissional expressa a sua compreensão na contemporaneidade dos fundamentos da relação histórica entre o patriarcado-racismo-capitalismo e a profissão.

Considerando que as produções de ambos os eventos contemplam o debate contemporâneo do Serviço Social brasileiro, após o levantamento inicial que somam 2638 trabalhos, realizamos a busca dos Anais dos referidos eventos, buscando através dos materiais que citam no título as categorias centrais de embasamento do presente trabalho, são elas: “patriarcado-racismo-capitalismo”; “patriarcado”; “racismo”; e,

“capitalismo”. A busca pelos termos que compõem “patriarcado-racismo-capitalismo” também em separado se deu a fim de compreender como a articulação ou não destes “sistemas” é realizada. Dessa forma, encontramos 92 trabalhos que contemplam uma ou mais dessas categorias.

Considerando a totalidade dos 92 trabalhos encontrados a partir da busca com “patriarcado”, “racismo” e/ou “capitalismo” no título, podemos afirmar que 37 referem-se aos “Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira”, 30 aos “Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social”, e 25 aos “Fundamentos do Trabalho Profissional”. Seguindo as *Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social* (ABEPSS, 1996), entendemos que os três núcleos de fundamentação que constituem a formação profissional referem-se “a um conjunto de conhecimentos indissociáveis” (p. 8) que, longe de uma classificação autônoma, se desdobram pedagogicamente em “níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social” (p. 9). Dessa forma, “a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades” (ABEPSS, 1996, p. 8).

Nos 92 trabalhos encontrados a partir dos termos de busca podemos perceber, no que diz respeito aos “Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira” - que “remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira (...) bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira” (ABEPSS, 1996, p. 11) - e “Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social” - “responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional” (ABEPSS, 1996, p. 10) - o destaque do debate do “patriarcado-racismo-capitalismo” em contraposição aos “Fundamentos do Trabalho Profissional”. Pelo último remeter, especificamente, “a um entendimento do Serviço Social que tem como solo a história da sociedade, visto ser daí que emanam as requisições profissionais, os condicionantes do seu trabalho e as respostas possíveis formuladas pelo assistente social” (ABEPSS, 1996, p. 13), reforçamos sobre a necessidade do “patriarcado-racismo-capitalismo” ser abordado por este núcleo. Afinal, é esta dinâmica social que *fundamenta o trabalho profissional* e o reproduz nas vias de sua manutenção. São nas relações

patriarcais, racistas e capitalistas que a categoria profissional se insere enquanto sujeito pertencente à classe trabalhadora e é convocada a intervir. Diante deste fato, nos questionamos que, se não compreendemos de forma qualificada as contradições que fundamentam os processos de dominação-exploração que cotidianamente se expressam nas demandas advindas das instituições e populações usuárias atendidas, teremos capacidade para atuar “ao” ou “de” encontro dos princípios ético-políticos que norteiam a profissão?

Notamos que em ambos os eventos a categoria profissional se debruçou significativamente nas reflexões voltadas à "Política Social e Serviço Social", concentrando 27% dos 2638 trabalhos encontrados em contraposição com 11% da produção com “patriarcado”, “racismo” e/ou “capitalismo” no título. Além disso, destacamos que cerca de 45,5% dos resultados de busca com as categorias analisadas referem-se a eixos acerca do “Serviço Social” e as “relações de exploração/opressão” contrapondo a porcentagem de 15% desses na produção total dos dois eventos. Observações como essas expressam a concentração do debate acerca do “patriarcado-racismo-capitalismo” em espaços considerados específicos sobre “patriarcado”, “racismo” e/ou “capitalismo” e não articulados com a totalidade dos elementos referentes aos fundamentos do Serviço Social que são conformados, justamente, por essa “simbiose sistêmica”. O que nos leva a questionar sobre a importância de avançarmos na compreensão do “patriarcado-racismo-capitalismo” como categoria central para entendermos a Política Social, mas também a complexidade da “questão social”, sobre quem são as assistentes sociais, qual é o perfil da população usuária, que projeto profissional (logo, societário) expressamos no cotidiano, como pensamos e realizamos o nosso trabalho, dentre outros pontos indispensáveis a uma direção da categoria profissional radicalmente comprometida com a classe social a qual pertence.

Pelas sucessivas aproximações com o material dos eventos, a fim de assimilar qualitativamente as compreensões do conjunto dos sujeitos contemporâneos do Serviço Social brasileiro, concluímos a amostra que deteve a leitura integral dos trabalhos. Assim, nos referimos aos 05 trabalhos que cruzam mais de um termo de busca, isto é, pelos 03 que cruzam “patriarcado” e “capitalismo” e os 02 referentes a “racismo” e “capitalismo”. Da amostra analisada, 02 dizem respeito ao “Trabalho, questão social e Serviço Social”, 02 ao “Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia,

sexualidades” e 01 a “Política Social e Serviço Social”. Em relação aos núcleos de fundamentação, coincidentemente, os 03 artigos acerca do “patriarcado” e “capitalismo” abordam os “Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social”, e, os 02 referentes a “racismo” e “capitalismo” referem-se diretamente aos “Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira”. O que, mais uma vez, nos remete a necessidade de compreendermos a unidade entre patriarcado, racismo e capitalismo para a compreensão dos próprios fundamentos do nosso trabalho profissional.

Nos debruçando sobre os resumos dos 05 trabalhos, já podemos perceber o apontamento do exercício de articulação destes acerca do patriarcado, racismo e capitalismo, com todos direcionando para a desnaturalização das desigualdades socialmente desenvolvidas e o papel do patriarcado e/ou racismo no modo de produção capitalista. Nesse sentido, outro aspecto, no início, igualmente pontuado por todos, diz respeito à divisão social de classes nas dimensões sexual e/ou racial e os processos desta para os grupos dominados-explorados. Notamos, para além da exploração do trabalho, que o debate acerca da “violência” é ponto comum em todos os 05 artigos, justamente por esta ser intrínseca - pois, necessária ao desenvolvimento, consolidação e manutenção - do “patriarcado-racismo-capitalismo”. Por mais que parte da amostra cruze somente “patriarcado” e “capitalismo” - não trazendo “racismo” no título -, podemos notar a articulação deste último no corpo dos textos. O mesmo acontece com os trabalhos que trouxeram “racismo” e “capitalismo” no título e no decorrer do texto apontaram sobre o “patriarcado”. Nesse sentido, a partir da amostra dos 05 trabalhos em que realizamos a leitura integral pudemos perceber a articulação da compreensão entre “patriarcado”, “racismo” e “capitalismo” por parte da categoria profissional. Notamos, inclusive, no que tange às referências bibliográficas que as autorias se fundamentaram de contribuições intelectuais do campo histórico-crítico, tanto no que diz respeito à teoria social crítica, de forma mais ampla, quanto a produção de conhecimento relacionada ao Serviço Social. Se formos retomar, contudo, a visualização do conjunto da produção de conhecimento da categoria profissional a partir da totalidade do material identificado no XVI ENPESS e 16º CBAS, podemos notar que somente 05 de 2638 trabalhos cruzaram mais de um termo de busca no título no que diz respeito ao “patriarcado”, “racismo” e/ou “capitalismo”. Ou seja, o equivalente a 0,18%. Sequer alcança meio por cento da produção desses eventos. Além disso, enfatizamos que não há trabalhos que abordam

diretamente o “patriarcado-racismo-capitalismo”. Observações como essas nos fazem questionar sobre como estamos realizando o (não) debate do patriarcado-racismo-capitalismo no Serviço Social brasileiro.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do contato da produção de conhecimento da categoria profissional referente ao XVI ENPESS (2018) e 16º CBAS (2019) consideramos que a forma com a qual a profissão compreende, na cena contemporânea, os fundamentos sócio-históricos da dinâmica patriarcal-racista-capitalista da sociedade brasileira expressa a necessidade de ampliar e fortalecer o debate para o conjunto de estudantes e profissionais acerca da constituição da unidade das categorias patriarcado, racismo e capitalismo, pensando de forma simbiótica a dominação-exploração de gênero, sexualidade, cor, etnia e classe com os fundamentos do Serviço Social brasileiro. Estaríamos desarticulando - ou melhor, desconsiderando - componentes estruturalmente articulados? Estaríamos realizando um debate profissional ou até mesmo produzindo um conhecimento fragmentado da realidade? Como esse (não) debate pode se expressar em nossa atuação profissional? Como as demandas da população usuária - não nos esqueçamos, majoritariamente de mulheres negras trabalhadoras - estão sendo atendidas pelo Serviço Social, considerando o (não) debate do patriarcado-racismo-capitalismo nos principais espaços de articulação política, formação continuada e socialização de conhecimento da categoria profissional? São diversos os questionamentos que podem se desdobrar do contato com o material apresentado pelo presente trabalho. As respostas destes passam necessariamente pelo esforço - sobretudo, coletivo - de reconhecer os avanços do Serviço Social brasileiro para a realização de um balanço crítico do que podemos continuar construindo enquanto categoria profissional a fim de colaborar no fortalecimento do projeto profissional e societário que, em última instância, visa destruir o que nos destrói. A dizer, o patriarcado-racismo-capitalismo.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996.
- ALMEIDA, L. M. D.; BEZERRA, W. C. **Subordinação e dependência na América Latina: apontamentos para pensar a “questão social”**. In: *Revista Libertas*, v. 20, n. 2. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020.
- BARROCO, M. L. S. **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social**. In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 124, out/dez. São Paulo: Cortez Editora, 2015.
- BRASIL. **Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993: Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**. Brasília: BRASIL, 1993.
- CASTRO, M. H. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.
- CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.
- _____; CANTALICE, L. B. D. O.; ARAÚJO, L. **“Renovação” do Serviço Social brasileiro: um *continuum* à ofensiva conservadora**. In: *Revista Libertas*, v. 20, n. 2. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020.
- DAVIS, A. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- IAMAMOTO, M. V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 120, out/dez. São Paulo: Cortez Editora, 2014.
- _____. **A questão social no capitalismo**. In: *Temporalis*, a. 2, n. 3, jan/jul. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Graflin, 2001.
- NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In: *Temporalis*, a. 2, n. 3, jan/jul. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Graflin, 2001.
- _____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez Editora, 2015.
- _____. **Introdução ao método da teoria social**. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Conselho Federal de Serviço Social, 2009.

SAFFIOTI, H. I. B. **Conceituando o gênero.** In: *Mulher brasileira é assim*. Campinas: Cadernos de Pesquisa, 1994.

_____. **O fardo das mulheres brasileiras: de mal a pior.** In: *Revista Escrita Ensaio, Mulher brasileira: a caminho da libertação, ano III, n. 5*. São Paulo: Escrita, 1979.

_____. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA, M. V. **Diversidade Humana, Relações Sociais de Gênero e Luta de Classes: Emancipação para Além da Cultura.** In: *Revista Em Pauta, v. 9, n. 28*. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Expressão Popular, 2021.